

Resenha do livro: *Apologia da História ou o ofício de historiador*, de Marc Bloch. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Um ato, uma apologia, uma coroa...

An act, an apology, a crown ...

Diego Uchoa de Amorim

Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense.

Recorrendo aos dicionários para buscar o significado da palavra “apologia”, encontraremos definições que vão desde um discurso para justificar uma atitude ou defender alguém ou algo, a elogios e louvores a alguma coisa. Essa é a intenção de Bloch ao escrever esse livro de teoria e metodologia que defende a especificidade da ciência histórica frente aos ataques positivistas, e pretende, antes de tudo, esclarecer os motivos e as práticas do ofício do historiador. Partindo da pergunta “Para que serve a história?”, o medievalista nos ensina os pontos mais importantes desse novo modo de fazer história, e acaba nos brindando com uma aula do nível que se podia esperar. Uma grande defesa do historiador e da história. Essa é a frase síntese desse livro que, mesmo após décadas de sua publicação por Lucien Febvre, continua atual por contribuir para discussões feitas até os dias de hoje entre os profissionais da história.

Escrito em circunstâncias extremas, este livro inacabado pode ser considerado um dos marcos da mudança promovida pela revista dos *Annales*, fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, que deixou legados importantes como a busca por uma história das mentalidades e uma nova interpretação para o conceito de documento, que abriu portas para novos estudos antes marginalizados dentro da historiografia. Essa história que busca compreender o homem em sua totalidade, levando em conta sua sensibilidade, mentalidade – e não apenas suas ideias e atitudes –, floresce num contexto em que seu próprio caráter científico era frequentemente contestado, principalmente pela visão científica ortodoxa dos positivistas do final do século XIX e início do XX. Destaque para essa edição da editora Zahar que é a primeira publicada no Brasil, e que contém uma apresentação feita pela antropóloga Lilia Moritz Schwarcz e um prefácio de Jacques Le Goff, textos que abordam temáticas do livro e aspectos da

carreira de Bloch. Procurando esclarecer a metodologia e concepção histórica dessa nova historiografia, o medievalista, fundador dos *Annales*, começa problematizando o bem mais precioso de uma ciência, o seu objeto.

Ao criticar a frase “A história é a ciência do passado”, o francês começa a nos mostrar a história que pretende fazer. Abolindo a ideia de que o passado possa ser um objeto de qualquer ciência, uma vez que a amplitude de seu conteúdo não pode ser monopólio de uma parcela dos cientistas, os holofotes são redirecionados para a figura do homem, ou melhor, dos homens. Entretanto, a história, devido ao seu particular relacionamento com o tempo, não poderia se resumir à análise de estruturas sociais, ideias e atos humanos. Ela tende a procurar na duração os recursos para interligar os fenômenos e cobri-los de inteligibilidade, consistindo aí sua particularidade. Essa é a ciência que Bloch defende: a “Ciência dos homens no Tempo”, e que se constrói a partir de um diálogo constante entre o presente e o passado.

Entra-se, assim, num dos principais quesitos dessa nova historiografia, compreender o papel que o presente exerce no trabalho do historiador. Segundo Bloch, não se estuda um fenômeno histórico fora do seu momento no presente, pois é no tempo que o historiador vive que surgem as perguntas que devem ser feitas ao passado. Desse modo, se estabelece uma relação entre o passado e o presente de forma que o estudo de um é necessário ao outro para torná-lo inteligível, e vice-versa. Mesmo essa ligação sendo de extrema importância na construção do saber histórico, gerações tem tido a falsa impressão, causada principalmente pelas rápidas e numerosas revoluções tecnológicas, de que o estudo do passado “distante” não é necessário para a compreensão do presente, já que são épocas vivas demais e podem ser compreendidas a partir de uma análise própria. Isso é um grande erro, a dificuldade de entender o presente e lidar com as suas questões nasce da incompreensão do passado, o que serve de certa maneira também para quem procura lidar com a história, não tendo muitas possibilidades de sucesso o historiador que ao interrogar um documento não tenha um domínio da paisagem do presente. A incompreensão do presente ou do passado dificulta, ou até impossibilita, uma das etapas principais da metodologia proposta por Bloch, a elaboração da pergunta que precisa ser feita às fontes.

Apontada na apresentação feita por Lilia Moritz Schwarcz, a “história problema”, que rompe com a história positivista dos fatos e grandes personagens, é uma das principais contribuições de Bloch e Febvre para a ciência histórica. Sua peculiaridade está em mudar a relação entre o historiador e o documento. Se antes o

primeiro ia aos arquivos à procura de informações contidas nos documentos que precisavam ser decifradas, agora o historiador se preocupa em interrogá-los, fazê-los responder a pergunta feita antes de partir para qualquer análise documental. A construção da pergunta torna-se a primeira necessidade de qualquer pesquisa histórica, é a única saída de fugir dos simples registros e enumerações das fontes, que acabam condenando uma análise a um simplismo não produtivo. Esse que pode estar ligado também à antiga ideia de que determinada pesquisa requer um tipo específico de documentos. Ideia que é totalmente condenada por Bloch. O historiador deve procurar são as respostas para as suas perguntas, não ficando restrito a um setor exclusivo dos arquivos, mas sim procurando em qualquer tipo de testemunho, seja escrito e representado de forma documental, ou testemunhos involuntários e não escritos. A partir dessa perspectiva, a história do homem total ganha em abordagem, principalmente com a análise de diferentes fontes, e com a ajuda de outras disciplinas que só contribuem para completar uma abordagem que tenta se aproximar do real. A dificuldade que surge com essa nova postura frente aos testemunhos, está na maneira como o historiador deve criticar as fontes consultadas, aspecto que é discutido por Bloch no maior capítulo de seu livro.

Se consolidando no final do século XVII, com a publicação de *De re diplomatica* por Mabillon, a crítica não buscava o mesmo fim dos dias de hoje. Ela se limitava essencialmente a uma prova de veracidade, com os eruditos se debruçando sobre os documentos à procura de indícios que poderiam provar alguma falsificação jurídica, ou um desvio no conteúdo. Bloch só identifica uma mudança nessa concepção a partir do começo da utilização dos testemunhos involuntários, uma vez que foi preciso extorquir dessas fontes informações que poderiam ser úteis na análise, mas que não eram explicitadas intencionalmente. Além disso, os cuidados se intensificam quando a história começa a se servir de fontes vivas, e a relação entre historiador e testemunho se vê agora dificultada por inúmeros aspectos, seja de ordem sociológica ou mesmo psicológica. É sabido que não se vê, ou ouve bem o que não é de interesse direto, assim como um testemunho vivo é totalmente uma expressão da memória, podendo apresentar falhas naturais – como o esquecimento –, e que os testemunhos estão sempre ligados ao preconceito compartilhado pelos indivíduos de uma determinada época, fazendo parte do ofício do historiador ter habilidade para lidar com essas novas situações. Na tentativa de encontrar uma lógica para o método crítico, Bloch vai ressaltar alguns tópicos essenciais para o exercício de uma análise histórica com todos esses novos elementos,

como a necessidade de somente interpretar os documentos numa série cronológica, ou em conjunto sincrônico; compreender os hábitos e técnicas de uma geração para se ter conhecimento dos limites que determinada inovação pode ter nesse contexto; e lidar com a similitude, sabendo quando ela pode justificar ou desacreditar algum testemunho. Mesmo assim, o medievalista tem total noção do alcance do método, e admite que ele não é capaz, como disse Mabillon, de alcançar a verdade “metafísica”. Passando pelo processo da crítica, cabe ao historiador assumir uma postura à frente de sua pesquisa, “Parcialidade ou imparcialidade?”, “Reprodução ou análise?”, essas são as perguntas que devem ser respondidas.

A escolha por uma história dos grandes e a consolidação das nações do século XIX só contribuíram para a prática positivista de reprodução em ordem cronológica das fontes e críticas referentes aos bons ou maus governantes. Soma-se a isso, o fato que durante muito tempo os historiadores encarnaram perfeitos juízes, julgando os atos dos grandes personagens da história. Bloch nos propõe exatamente o oposto, o historiador precisa se despir dessa parcialidade e abandonar esse julgamento de valor, deixando de taxar personagens como heróis ou vilões, e se preocupando em dizer como eles realmente eram. Essas são as respostas da nova historiografia: imparcialidade em detrimento da parcialidade, e análise em detrimento da reprodução. Como a história sempre lidou com o tempo de maneira íntima, foi preciso, para especializar as pesquisas, fazer cortes temporais, de modo que se tornasse possível o estudo das gerações que estão sob o olhar do historiador. Essa divisão foi muito influenciada pela história dos grandes heróis, principalmente no século XIX, quando os eruditos foram tentados a utilizar a duração dos impérios, e governos de reis e presidentes, como divisões cronológicas, devido à exatidão que eles forneciam. Logo se viu que a natureza dos fenômenos históricos não se enquadraria numa cronologia rígida como essa, e nas últimas décadas, se consolidou a noção de que as transformações que ocorrem nos seios das estruturas – mudanças de crenças, costumes, práticas econômicas – não respeitam esse cerceamento, e que a melhor saída é tentar se adequar à duração do fenômeno estudado, respeitando as suas particularidades.

Ligado aos problemas vindos da cronologia, a nomenclatura também teve a atenção de Bloch. Como a maioria dos nomes são herdados pela história do seu próprio objeto de estudo, ocorre um confronto de significados, o historiador quando entra em contato com determinado nome, não pensa como o homem do tempo estudado, mas sim com as categorias do seu tempo. Para dificultar ainda mais, as mudanças dos nomes não

vêm necessariamente acompanhadas de uma mudança na coisa ou atitude – e vice versa –, e, além disso, na maioria das vezes a língua que o historiador se depara não é a sua nativa, é preciso recorrer à tradução. E como escolher uma palavra similar em outra língua é estabelecer uma semelhança, resta ao encarregado da tarefa postular uma semelhança consistente e não superficial. A perícia com os nomes chega ao ponto de considerá-los, quando contidos num documento, como testemunhos, desse modo, tornando a crítica da nomenclatura uma das etapas da análise histórica.

Depois de discutir tópicos essenciais para a prática historiográfica, como a relação entre o homem e o tempo, a observação, a crítica e a própria análise histórica, Bloch tentou em seu último capítulo estabelecer a importância da noção de causalidade na construção do conhecimento histórico. Com sua defesa cientificista da história, não descartou a busca pela “causa” – característica de todo conhecimento científico –, ao contrário, apontou que as causas na história são o “porque” de algumas atitudes psicológicas se realizarem, se existem, ao mesmo tempo, muitas outras possíveis. Mas antes que pudesse terminar sua reflexão, o livro acaba. Em 1944, Marc Bloch é morto pelas forças nazistas que atuavam na repressão dos movimentos de resistência na França durante a Segunda Guerra Mundial, deixando o livro inacabado. Um homem que sempre disse que a história entretém, com sua estética própria e seu objeto que instiga a imaginação dos homens, transformou os últimos momentos da sua vida numa contribuição única para a ciência de Heródoto. Complementando o que Jacques Le Goff, com extrema felicidade, diz no prefácio: “Este livro inacabado é um ato completo de história”, falta apenas sublinhar que, além disso, essa obra se perpetua como uma coroa na carreira desse que fica como um dos maiores historiadores modernos.